

Luta Médica entrevista Roberto Santos

Roberto Figueira Santos, 83 anos, nasceu em Salvador, em 15 de setembro de 1926. Formou-se em Medicina pela Universidade Federal da Bahia (Ufba) em 1949 e já em 1951 tornou-se professor titular daquela instituição. Foi secretário estadual de Saúde, reitor da Ufba de 1967 a 1971, governador da Bahia entre 1975 e 1979, presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, entre 1985 e 1986, ministro da Saúde entre 1986 e 1987 e deputado federal entre 1996 e 1999. É membro da Academia Baiana de Letras e da Academia Nacional de Medicina. Em entrevista exclusiva, o médico, ex-governador e ex-ministro da Saúde, Roberto Santos, fala sobre saúde pública, conjunturas baiana e brasileira do passado e na atualidade, e relembra suas experiências políticas e administrativas no tempo da ditadura militar.

Quais são, na sua opinião, os principais desafios da saúde pública, hoje, na Bahia e no País?

A situação hoje é bem melhor do que já foi, em relação à saúde. Eu lembro, por exemplo, de como era o Hospital Santa Isabel, no tempo em que eu fui estudante, isso já vai uns 60 anos, hoje o hospital está muito melhorado.

A primeira grande evolução da saúde, aqui na Bahia e também no Brasil, foi a elevação do nível de preparo da enfermagem. Antes tudo era muito elementar, muito primitivo, os procedimentos mais complexos não eram possíveis. A criação da Escola de Enfermagem, na mesma época da construção do Hospital das Clínicas, instalou um novo regime de atendimento à saúde hospitalar que se irradiou pelo restante do Estado, de tal modo que eu costumo afirmar que estas duas inovações são possivelmente os eventos mais importantes, no século XX, em relação à saúde na Bahia.

A questão da saúde teve um momento decisivo quando foi promulgada a Constituição de 88, foi uma mudança absurdamente fundamental. Até a Constituição de 88, os cuidados do Brasil com a saúde eram atendidos de uma forma tradicional, consideremos aqui não só os médicos, mas os vários profissionais de saúde. Nós sabemos que havia uma tendência muito grande para atender a uma medicina curativa, e a medicina preventiva não tinha tanta prioridade como deveria ter. De certo modo melhorou nessa comparação entre os atos curativos e os atos preventivos.

Até aquela época, do ponto de vista da organização em âmbito federal, existia o Ministério da Saúde, do qual eu fui titular durante cerca de um ano e meio, na década de 80, escolhido por

Tancredo Neves e depois nomeado por Sarney. Havia muito pouco recurso para as ações preventivas, porque não era prioridade. O Ministério tinha alguns órgãos muito tradicionais, que deveriam ser reestruturados, mas que se ocupavam dessas ações preventivas, a exemplo da Sucam - Superintendência de Campanhas, que trabalhou muito com a prevenção da malária logo depois da Segunda Guerra, com muito sucesso, na metade oriental do Brasil. Foi durante a guerra que se desenvolveu os inseticidas mais eficientes e também os antimaláricos de maior potência. Mas do lado da Amazônia a malária continua existindo até hoje, com um número muito grande de infectados, especialmente da *Malária falciparum*, que tem provocado maior mortalidade.

Que outros órgãos atuavam na área da saúde?

Outros órgãos também ligados ao Ministério da Saúde cuidavam da esquistossomose e da doença de Chagas, havia então uma atividade grande na prevenção dessas doenças. Outros aspectos da prevenção das doenças degenerativas, tipo a esclerose, não tinham grande espaço. O Ministério tinha uma equipe com média de idade bastante avançada. Alguns desses representantes da Sucam trabalhavam heroicamente em condições muito difíceis, e os recursos eram muito limitados.

Havia também a Fundação Sesp, outro órgão que cuidava da atenção à saúde em regiões menos desenvolvidas. No interior da Bahia e pelo Nordeste afora, na região amazônica, a Fundação Sesp desempenhou um papel importante, exercendo essa medicina necessária para as regiões menos desenvolvidas. Simultaneamente, a ação curativa ficava muito na dependência do que foi o Ministério da Previdência Social, que teve vários nomes, com várias designações, foi até parte do Ministério do Trabalho.

A legislação que veio de Getúlio Vargas, na década de 40, deu ênfase grande na questão trabalhista e data daquela época essa divisão do comando das ações sanitárias em âmbito federal. O Ministério da Saúde, entre aspas, ficou cuidando das ações preventivas, e, do ponto de vista dos recursos de governo, a Previdência Social, que naquele tempo dispunha de muitos recursos em relação às responsabilidades que tinha, cuidava das ações curativas.

Essa dualidade de comandos foi muito prejudicial ao Brasil durante décadas, havia até, em certos momentos, situações de conflito. A Previdência Social não podia ou não cuidava de ações preventivas, então, só para exemplificar, no combate a uma doença comum naquela época como a poliomielite, o Ministério da Previdência não podia ajudar nas campanhas de vacinação, mas tinha de arcar com o atendimento das crianças vítimas da pólio.

Como isso foi resolvido?

A Constituição de 88 acabou com isso. Colocou todas as atividades da saúde sob a responsabilidade do Ministério da Saúde, que então cresceu muito e absorveu recursos que anteriormente tinham sido da Previdência, e com isso ficou cuidando propriamente das ações de atendimento, aos problemas dos aposentados e dos inválidos. Por sua vez, a Constituição de 88, atendendo a uma luta coletiva, especialmente por um conjunto de médicos, criou o SUS. Quer dizer, colocou entre os seus dispositivos que a saúde é direito de todos e dever do Estado. Isso foi um grande avanço e o governo federal, com esse comando unificado, passou a estender a sua atuação pelo Brasil afora, tanto do ponto de vista preventivo, quanto do ponto de vista curativo.

Logo em seguida à Constituição, quando era hora de dar aplicação a esses novos dispositivos, houve uma variação muito grande a depender das autoridades que comandavam o sistema, houve grandes avanços, mas também recuos. No governo Collor, por exemplo, se fez uma reforma administrativa que foi muito prejudicial, no caso desses órgãos que eram do antigo Ministério da Saúde, por exemplo, a Fundação Sesp ou Sucam. Eles eliminaram esses órgãos que tinham uma posição de trabalho, que deveriam ser modernizados, mas foram simplesmente anulados e não se colocou nada no lugar.

São esses os avanços e recuos do SUS?

Voltando então à questão de como evoluiu o Serviço Único de Saúde, após a Constituição de 1988. Houve avanços e recuos, e algumas das dificuldades continuam presentes. Por exemplo, o valor da consulta do médico é inaceitável, irrisório, nós sabemos que são despesas enormes, que têm que ser levadas em conta pelos órgãos e pelo orçamento, mas esse salário dos médicos é uma coisa inconcebível.

Sem dúvida, a instalação do Seguro Saúde, trouxe modificações importantes no atendimento privado. Também aí tem havido oscilações, tem surgido dispositivos que levam a uma burocracia grande e complexa. Mas hoje em dia há pacientes hospitalizados que fora desses dispositivos do seguro saúde não poderiam estar ali. Então, com todos os problemas e dificuldades, na comparação com o que já foi o atendimento à saúde, houve um avanço considerável.

De outro lado, no atendimento a prevenção às doenças, você vê – por meio do SUS -, como as unidades de vizinhança desempenham um papel importantíssimo e deveriam desempenhar ainda mais, justamente porque proporcionam a redução na evolução dos problemas de saúde em um número muito grande de pacientes. A instalação das unidades de vizinhança é sem dúvida

um grande avanço, que precisa ser melhorado e mais bem remunerado. Unidade de vizinhança é a nomenclatura da Organização Mundial de Saúde para os Postos de Saúde, de atendimento primário.

É preciso a presença dos usuários, nas reclamações e na gestão dessas unidades e nós sabemos que isso ainda requer uma presença maior da cidadania. O Sindicato tem desempenhado um papel importante em chamar a atenção para algumas dessas necessidades que são verdadeiras. E esperamos que os órgãos gestores de diferentes níveis da administração encaminhem meios para que essas melhorias aconteçam.

Que outros avanços do SUS merecem destaque?

Um das medidas que considero mais importante foi a transferência de recursos federais para as prefeituras, a municipalização, no entendimento de que isso encheja que o usuário esteja mais próximo dos gestores e, com isso, atende melhor as deficiências do sistema. Também isto, tem tido uma evolução variável, alguns gestores mais altos não querem dar força aos Conselhos de Saúde municipais e estaduais porque entendem que isso deve ficar centralizado nas mãos de alguns ocupantes de determinados cargos e, com isso, a municipalização caminha às vezes mais devagar.

A Organização Mundial de Saúde preconiza a necessidade de que as unidades se pautam nos princípios da regionalização e da hierarquização. Ainda hoje é dentro de casa que se resolve a maior parte dos problemas de saúde, mas quando você sente que sua saúde está abalada, começa com uma unidade relativamente simples, o que não quer dizer que não atenda a doença específica. Essa unidade tem o dever de identificar os atendimentos mais complexos, tanto do ponto de vista de equipamentos, como no ponto de vista do pessoal especializado. E essas unidades então, referem os pacientes para as unidades já um pouco mais complexas.

Como isso é feito na Bahia?

Enquanto eu estava no governo, nós cuidamos de implantar aqui, com o secretário Osvaldo Dantas, exatamente essa hierarquização do serviço de saúde. Nós espalhamos pelo Estado um grande número de unidades para atenção primária, que é o mais importante, e criamos em torno de 20 hospitais regionais nos pólos de atendimento mais carentes de leitos hospitalares. Com isso vieram essas unidades regionais que tinham a parte de ambulatório e parte de internamento, com leitos, sobretudo, para obstetrícia, ginecologia e pediatria. E, por fim, o Hospital Roberto Santos,

que era o vértice dessa rede estadual de saúde, batizado com meu nome por iniciativa da Assembleia Legislativa.

A Bahia, naquela época, tinha pouco mais de 10 milhões de habitantes, isso foi há mais de 30 anos, a Bahia tinha um hospital de referência que era o hospital da Universidade, o Hospital das Clínicas, que hoje é o Hospital Universitário Professor Edgar Santos, o que era pouco como hospital geral. Nós criamos, então, o Hospital Roberto Santos que se designava justamente para isso, para receber os pacientes com maior complexidade, que exigiam equipamento e pessoal mais especializados.

O Hospital Roberto Santos também teve complicações, no princípio havia uma área em que iam implantar todos os serviços, colocaram obstetrícia no meio, que funcionava em outro hospital, enfim, esse plano de ser o hospital de referência de toda a rede estadual, a princípio foi muito mal atendido. Depois melhorou.

É aí que vem a polêmica de Hospital Central - HCRS, que depois mudou para HGRS - Hospital Central Roberto Santos?

Interessante, porque quiseram apagar o Roberto Santos, tinha uma proposta para Hospital Geral de Salvador, mas não era só uma decisão da Assembleia Legislativa, já tinha caído na boca do povo, então foi o povo que não deixou. Já o estádio, que também na época se chamou Roberto Santos, você vê que o governador Jaques Wagner manteve o nome, mas o povo continua chamando Estádio de Pituaçu.

É possível estabelecer alguma comparação entre os problemas de ontem e os problemas de hoje, na saúde?

A medicina evoluiu muito, as ciências da saúde evoluíram enormemente, o que foi um grande benefício para a população, mas ao mesmo tempo se tornou muito cara, com uma ênfase muito grande nas novas tecnologias, isto significa um aumento nos custos.

É importante que os médicos não percam a capacidade de atender as aspirações e as necessidades do paciente, examinar cuidadosa e criteriosamente, e entender que os exames das novas tecnologias são complementares. Eles ajudam muito o diagnóstico, mas a atenção ao paciente deve ser primariamente humana. Anamnese e exame físico é o que condiciona a interpretação dos outros exames.

Os custos com as novas tecnologias são tão altos que num país ainda muito rico, como os Estados Unidos, a introdução de inovações no atendimento à saúde está sendo muito difícil para o presidente que acaba de assumir. É verdade que há outros motivos, mas um dos principais é o alto custo das novas tecnologias, que nem sempre são usadas criteriosamente. Então essa questão é outra diferença com relação ao que era no passado e que traz vantagens, mas também cria problemas.

E com relação à gestão, quais mudanças podem ser assinaladas?

A questão da gestão também tem evoluído, houve uma época em que, nós, médicos, nos considerávamos os grandes administradores em todas as etapas do atendimento à saúde, mas a administração na área da saúde também evoluiu e se tornou mais complexa, às vezes exigindo até uma burocracia excessiva, mas sem dúvida, entraram para a equipe de saúde administradores treinados para esse fim, que ajudam muito quando tudo isso é usado com bom senso e, com isso, podem trazer benefícios à população.

Esses administradores são de uma variedade muito grande. Quando a construção começou a ser aplicada, era evidente que o Brasil iria necessitar de um número muito grande de planejadores de saúde e pessoal da área de saúde pública que se dedicassem a analisar os problemas de cada região, a micro-epidemiologia de cada região, ao mesmo tempo, examinar os recursos, os equipamentos que existiam para atender à característica daqueles pacientes e pudessem então dar o aproveitamento mais racional ao que estava disponível. Esses planejadores de saúde têm um papel fundamental. A administração hospitalar, como a arquitetura hospitalar, são atividades correlatas à ação do médico, que podem até, eventualmente, ser exercidas por médicos que têm a devida formação.

Hoje em dia se considera que talvez o tipo de projeto arquitetônico mais complexo de todos, seja o de hospitais, ainda mais diante da grande evolução da informática. Há uma batalha para conseguir aquilo que os de língua inglesa chamam de “*paperless hospital*”, ou seja, hospitais que não têm papéis. Justamente porque, por meio da informática, você pode acompanhar a história, a evolução, o tratamento, o diagnóstico diferencial dos pacientes. A informática é uma das grandes diferenças entre os dias de hoje e um passado que não é tão distante, e teve um desenvolvimento que é realmente impressionante, inclusive na área da saúde.

Que outra comparação pode ser feita?

Ainda em relação às diferenças, há uma observação que eu acho que é muito interessante, quando você compara o tipo de pacientes, a idade dos pacientes, de hospitais que atendem predominantemente uma população de baixa renda, como é o Hospital das Clínicas e o Hospital Professor Edgar Santos. Você vê que, no meu tempo de estudante, predominavam pacientes com doença de Chagas, esquistossomose, cirrose hepática e, de um modo geral, doenças transmissíveis. A idade média do paciente ficava ainda entre 30 e 40 anos.

Eu levei algum tempo ocupando funções que eram aparentemente distantes da saúde, embora eu continuasse médico e professor de medicina em tudo aquilo que fiz, levei alguns anos sem visitar enfermarias do nosso hospital Roberto Santos. Quando eu voltei, eu notei como os pacientes eram de uma idade bem mais avançada. Existia um número muito grande de paciente que estava nos seus 60 anos pra cima e ao invés de encontrar pacientes com doenças previsíveis, encontrava-se muitos pacientes com formas variáveis de câncer, que é uma palavra muito abrangente. Outra coisa curiosa, quando eu era estudante, raramente você via pacientes com problemas coronarianos. Primeiro porque esses estavam em idade mais jovem, segundo porque nessa população de baixa renda não havia esse problema assintossomático com a mesma intensidade, esse tipo de stress, de ansiedade, passou a existir mesmo nessas populações. Então você vê que o tipo de paciente dos hospitais, com uma diferença talvez de 20 anos, mudou muito.

Qual a sua opinião hoje sobre o cenário político e o governo baiano?

Eu estou com 83 anos. Me formei exatamente há 60 anos, me tornei médico em 1949. Então, tem aí um longo período de observação, de várias etapas.

A política no Brasil, como nós sabemos, evoluiu muito. Teve aquele tempo de ditadura, que foi de 64 ao começo da década de 80 e que felizmente já ficou pra trás. Mas mesmo se você considerar, apenas o final do regime militar, as lideranças políticas que foram eleitas mais ou menos democraticamente, você vê que tem muita diferença, tanto na política geral, quantos nas questões referentes à saúde.

Uma das diferenças que você pode observar, é que no regime militar era o bipartidarismo. Pela Constituição que veio logo no início daquele período, as exigências para a formação de um partido eram tão grandes que só existiram, dois partidos. Existia o partido que apoiava o governo e existia o outro partido que era o MDB, que reunia diferentes correntes de pensamento, diferentes ideologias, mas que tinha como característica comum o combate ao governo.

Logo que o regime militar começou a ser combatido com maior ênfase e eficácia, surgiu o propósito de diminuir as exigências na formação de partidos, para que surgissem novas oportunidades para mais correntes. E foi possível, então, no começo da década de 80, o Congresso aliviar as exigências para formação de um partido e com isso começaram a surgir os novos partidos.

Eu participei intensamente do que se chamou Partido Popular, que eu considero a melhor coisa que aconteceu na política nas últimas décadas e que, por isso mesmo, teve vida curta. Esse partido foi liderado por Tancredo Neves, foi ele quem deu toda a orientação, as idéias da organização e essencialmente o que se via, era que o partido já estava em posição contrária ao regime militar, mas que se diferenciava ao que era o MDB na época, no sentido de que tinha uma linha mais definida e não era, como o MDB, um conjunto muito variado e muito díspar de ideologias e de correntes.

Esse PP começou a crescer de tal forma que o governo ficou com medo que ele superasse o MDB na aceitação popular. Ainda mais aqui na região nordeste, onde o governo tinha uma aceitação muito grande, porque era forte a idéia de que o MDB era um partido de comunistas. Quando veio o PP, contra o regime militar, era como dizer que todos os seus membros eram “comunistas”, naquela feição de comunismo que se apregoava na época. Então o governo começou a recear e lançou um pacote eleitoral dirigido a acabar com o PP, e acabou.

A solução para manter o que tinha de melhor nessa conjuntura, foi a transformação do MDB no PMDB, ou seja, o PMDB absorveu algumas idéias ou propósitos do PP e ao mesmo tempo, manteve as características iniciais do MDB.

Estamos falando dos anos de 82 e 83, por aí?

Sim. Veio então o PMDB, mas logo em seguida, o que se observou foi uma liberação, com menos exigência para a formação de partidos, e foi um exagero. Começaram a existir muitos partidos, que não ajudam a gestão, a alta administração do País, e criam dificuldades imensas. Esse número exagerado de partidos torna a ação política, especialmente do Executivo, extremamente difícil. Ao invés de lidar com certo número de lideranças mais responsáveis, os gestores têm que lidar com um número enorme de pseudo-lideranças desses partidos. Vários deles muito pequenos, mas que tem assento no Congresso.

Já houve tentativas, através da chamada Cláusula de Barreira, de refrear um pouco esse exagero, estabelecendo a exigência de um número mínimo de representantes no Congresso,

eleitos por um pequeno número de estados, para só assim ter o conjunto de vantagens que têm os partidos de hoje.

Nós vemos, por exemplo, os pronunciamentos na Câmara ou no Senado, como os líderes têm direito de falar em qualquer momento, sobre qualquer assunto, você vê que se perde um tempo enorme com os mesmos discursos, as mesmas idéias, quanto mais depois que a televisão passou transmitir as plenárias. Então cada qual quer aparecer mais perante o seu eleitorado. As sessões do Senado e da Câmara ficam muito repetitivas. Enfim, esse número exagerados de partidos, que se mantêm porque é de interesse de alguns profissionais da política, tem sido prejudicial.

Temos historicamente um movimento pendular, era o bipartidarismo rígido, agora mudou para o oposto.

O que representou para a Bahia a eleição de Wagner?

Foi um grande avanço. Tivemos finalmente a interrupção daquele ciclo que felizmente acabou e foi extinto com muita rapidez. Waldir (Pires) foi eleito e era uma grande expectativa, mas no meio do mandato ele resolveu se candidatar à Presidência da República e não se obteve o resultado esperado. Então voltou ao regimento anterior, até que Wagner nos causou essa agradável surpresa, conseguiu uma votação muito acima do que muitos esperavam e está conduzindo bem a política. E em relação à administração, muitas das coisas que estão sendo feitas ainda não apareceram, mas ainda veremos durante esse primeiro mandato. Sem dúvida, é um alívio muito grande em relação ao que a Bahia atravessou durante muito tempo.

No atual governo, há muitas coisas que estão sendo feitas e que não estão evidenciadas ainda para a maioria da população, possivelmente irão existir ainda nesse primeiro mandato. E fazemos votos para que haja a reeleição.

Como se dá a sua participação hoje da política baiana?

Continuo no PSDB, mas não tenho participado das ações políticas partidárias e isso também tem sua história. Fui governador do partido do governo, que era muito dividido aqui na Bahia. Eram quatro correntes, naquele tempo, quatro correntes fortes, e eu não era político. Mas chegou num momento em que o partido do governo, com toda a força que tinha no nordeste e na Bahia, ficou dividido entre essas quatro facções e, por sua vez, também o MDB da época era dividido.

Cada corrente era chefiada por um político da melhor categoria. Existia a corrente de Josafá (Marinho) e a corrente de Chico Pinho. Enquanto isso, tinha uma corrente chefiada por Jutahy

Magalhães, tinha outra por Luis Viana, outra por Lomanto e outra por Antonio Carlos e eles não se entendiam. Em 1975, cada qual tinha o seu candidato preferencial para a sucessão de Antonio Carlos, mas, enquanto cada um tinha o seu, os outros não aceitavam bem os candidatos dos demais.

Eu estava em Brasília, como presidente do Conselho Federal de Educação, já tinha sido reitor aqui. Aí começou a aparecer uma conversa em torno do meu nome e embora não fosse o candidato preferencial, fui muito bem aceito por três dessas correntes, a de Lomanto, a de Jutahy e a de Luis Viana e a quarta corrente, chefiada por Antonio Carlos, defendia arduamente outra candidatura, do ex-prefeito Clériston Andrade, mas afinal quando fui eu o escolhido, acabou se recolhendo por algum tempo até mais adiante recomençar sua batalha.

Por que o PSDB?

Eu continuo no PSDB, pelo seguinte, quando eu deixei o governo, já estava, como outros governadores, rompido com o regime militar. E justamente por isso, quando procurei as forças da oposição, na época, felizmente fui muito bem aceito. Ao fim de quatro anos, eu fui candidato justamente por essas forças de oposição.

Fui do Partido Popular e entrei para o PMDB por força da fusão do PP com o MDB, sob a liderança de Tancredo. Fui candidato da oposição e perdi a eleição, mas continuei na atividade política, continuei no PMDB ainda por vários anos. Até que Ulisses Guimarães, que era o líder realmente respeitável do PMDB, faleceu sem ter preparado nada em relação à sua sucessão, porque foi algo absolutamente inesperado. E daí o PMDB mudou muito.

Eu não tenho nada de pessoal contra o (Orestes) Quércia, mas o fato é que quando o Quércia, em seguida à morte de Ulisses, assumiu a presidência do PMDB, o ambiente do partido mudou. Nessa ocasião, Franco Montoro, Mário Covas, estavam organizando o PSDB, e daí eu fui pro PSDB.

Continuei todo esse tempo no PSDB, apenas achei que durante os oito anos de mandato, Fernando Henrique Cardoso, favoreceu pouco a Bahia. Ele não teve a disposição de realizações em relação à Bahia que poderia ter tido, de modo que, em função destas e de outras situações, eu acabei me mantendo no PSDB, porque essas coisas todas passam.

A atividade política ainda é muito evolutiva. Acompanho, procuro ser bem informado, mas não tenho uma atuação de militância neste momento. Acho que não tenho mais perspectivas. O tempo vai passando, a idade vai chegando, mas vamos ver o que vai acontecer.

Como é que foi a experiência de governar a Bahia?

Eu lhe asseguro que foi uma experiência positiva porque eu trabalhei muito e entendo que consegui um conjunto de realizações de importância para a população do estado. Eu ocupei outras posições, mas a atividade de governador foi pra mim gratificante, sobretudo por essa condição de poder realizar uma série de coisas, especialmente no campo social. E eu posso rapidamente lhe dizer as prioridades, na área da saúde, educação, habitação popular, e até na área da segurança pública.

Na área da infraestrutura, sabemos que a Bahia é um estado macro-cefálico, e Salvador sempre teve uma preferência muito grande para os investimentos públicos e privados, que depois se estendeu à Região Metropolitana, com o Pólo Petroquímico, com o Centro de Aratu, enfim, como uma serie de investimentos importantes.

O interior de um modo geral, por outro lado, ao longo do tempo, foi menos beneficiado por esses investimentos. O nosso interior é muito pobre. E por causa disso, um grande número de pessoas migrou para Salvador, que hoje tem perto de três milhões de habitantes. Isso é motivo de orgulho pra muita gente, mas nós sabemos que uma boa parte desta população migrou na esperança de conseguir aqui a qualidade de vida que não tinha no interior. Infelizmente nem sempre elas têm conseguido isso.

A promessa da Bahia rica não se materializa.

Se você verifica os indicadores econômicos, os indicadores de desigualdade social, de educação, de saúde, você vê que a Bahia ainda é um estado pobre, muito embora, uma grande proporção dos baianos, não entenda assim e até se julgue ofendida, quando se diz uma coisa dessas.

Esse sentimento de uma grande parcela da população, em parte vem da propaganda enganosa que fez parte dos governos da Bahia durante muito tempo. Sempre naquela linha de que a Bahia era a maior, era isso e aquilo. Na verdade, quando consideramos a evolução da Bahia comparada com outras regiões do País, vemos que há muita margem para avançarmos em diferentes áreas.

Sabemos que a melhor qualidade de vida e progresso nas ultimas décadas, tem dependido muito do desenvolvimento científico e tecnológico, que na Bahia tem andando devagar. Houve alguns impulsos, sobretudo no momento da industrialização com o Pólo Petroquímico, mas no conjunto, não tem sido no ritmo que seria de se esperar.

Como se dava, na sua época, o enfrentamento da ditadura militar?

Se você comparar com o que aconteceu em outros estados, reconhecendo o que houve de violência naquele tempo, o estado da Bahia não foi dos mais radicais. A Bahia pode encontrar caminhos que atenuaram a violência da parte de setores do governo militar.

Nós sabemos que o povo baiano é um povo relativamente tranquilo, é um povo acomodado, mesmo em razão destes indicadores de pobreza a que nos referimos antes. Então a Bahia teve algumas lideranças que entenderam as dificuldades que o regime militar estava causando para o Brasil, para a Bahia, para a toda a população e se revoltaram contra isso.

Eu fui governador durante a presidência de Geisel, que era autoritário sem dúvida, mas era um homem que tinha cabeça para impulsionar desenvolvimento, que absorvia informações com muita facilidade. Afinal de contas foi ele que começou a abertura do regime. Em relação à Bahia, ele que era um homem entendido em matéria de energia e de petróleo, deu condições pra colocar em prática a idéia do Pólo Petroquímico que era originariamente do grande baiano Rômulo Almeida. Apesar dos dois serem politicamente opostos, Geisel colaborou muito para que a Bahia recebesse investimentos muito grandes para a industrialização mais sofisticada proposta por Rômulo.

Como era a relação com o regime, uma vez que Rômulo tinha essa personalidade forte?

Rômulo era um homem público de categoria muito alta, ele expunha suas idéias, mas nem sempre era muito querido do regime militar, como a gente sabe. De qualquer forma, ele pode externar suas idéias. O problema cresceu quando Geisel foi substituído por Figueiredo, com perfil que era impossível comparar com o que foi o governo Geisel.

Figueiredo era um homem incompetente. Não se interessava em ouvir os problemas, em conduzir, em opinar, não era bem informado, apesar de ter sido, por muito tempo, chefe do Serviço Nacional de Informação, ele tinha noções completamente distorcidas do que era o Brasil, o que sem dúvida apressou o fim do regime militar. Eu nunca consegui entender como ele chegou a presidente.

Eu sempre tive a maior admiração por Rômulo. Eu penso que ele foi um dos baianos mais capazes e mais competentes. Entre outras grandes idéias, em nível nacional, como Petrobras, Eletrobrás, Banco do Nordeste, e assim por diante, ele teve essa visão de que a Bahia poderia lucrar muito com um Pólo Petroquímico que teria, aliás, um feitiço regional, não seria apenas da Bahia, atingiria o nordeste.

Também durante o período da ditadura, como foi a sua atuação como Reitor da Universidade Federal da Bahia?

No meu período, o governo lançou dois decretos de vez que mudaram a estrutura das universidades brasileiras. As antigas faculdades se organizariam em universidades e as universidades, de 1930 até aquele momento, vinham formando os profissionais que o Brasil precisava. Médico, engenheiro, bacharel em direito, economista etc. Pois bem, mas não vinham fazendo pesquisa à altura das necessidades do Brasil, que importava os produtos manufaturados.

Esses decretos-lei foram do fim de 66 e do começo de 67, eu sei que muita gente diz “a reforma de 68”. A reforma de 68 foi outra coisa de natureza administrativa, não trouxe nenhuma idéia de fato. A reforma importante foi no final de 66 e começo de 67 e foi bolada, toda ela, pelo Conselho Federal de Educação, por educadores brasileiros.

Quando eu assumi a Reitoria da Ufba, o meu trabalho de maior energia foi valorizar os institutos de Matemática, Física, de Química, Geociências, o Instituto de Letras, aquilo tudo que constituía a antiga Faculdade de Filosofia e que foi desmembrada, foi desdobrada justamente para que esses setores básicos do conhecimento, com o pessoal de dedicação exclusiva, tivessem maior peso na gestão e no governo da Universidade.

Antes, a Faculdade de Filosofia tinha um representante no Conselho Universitário e no Conselho de Coordenação de Ensino de Extensão (criado na reforma), depois, com o desdobramento dos departamentos, passou a ter uma representação do Instituto de Matemática, outra do Instituto de Física, de Química, de Geociências. Então era para que essas áreas, que são a essência da formação de pesquisadores, tivessem força dentro da Universidade.

Isso só não aconteceu totalmente porque as escolas profissionalizantes, como a nossa medicina e outras, tinham um prestígio tão grande que não deram o espaço que os setores básicos precisavam. Mas de qualquer forma se você comparar o que houve em relação à pós-graduação, que foi feita tanto para criar uma base mais sólida para os profissionais como para formar pesquisadores, se você comparar à pós-graduação, que não existia, e foi criada pelo Conselho Federal de Educação, com o que se tem hoje de mestres e doutores, se você comparar a produção de pesquisa que era na nossa Universidade com o que é hoje, você vai ver que são completamente diferentes.

Isso naturalmente tem muita força em São Paulo, na Faculdade de Filosofia, que foi pioneira com pesquisadores, que na época foram importados, em grande parte por causa da situação da Europa. E pelo Brasil inteiro essa noção de que a Universidade tem que formar pesquisadores foi

implementada. Um modelo gestado pela UnB, que foi o embrião, foi o ponto de partida do modelo da nova Universidade.

Como era a pesquisa no Brasil?

Eu me lembro que no final da década de 40, quando se instalou o Hospital das Clínicas, se importou tudo, até poltronas, cadeiras, além dos equipamentos da área médica, da melhor categoria. No tempo da guerra se aperfeiçoou muita coisa que seguramente o Brasil não podia fabricar. Mas não foram só equipamentos não, havia muita coisa de maior conforto, que foi importada. Justamente porque o Brasil não formava nem tinha pesquisadores, a não ser uns poucos, que também eram importados.

São Paulo, que foi nosso grande núcleo pioneiro de pesquisas, importou muitos judeus que o nazi-fascismo perseguiu por toda a Europa, durante a década de 30. O Brasil importou alguns, mandou outros estudarem fora, para se tornarem pesquisadores, mas não tinha o dispositivo para formar pesquisadores. As universidades formavam profissionais, mas não inovavam porque não tinham pesquisadores.

Durante o governo Juscelino, com a idéia do desenvolvimentismo, o Brasil passou a substituir importações, então começou a preparar o pessoal para receber as transferências da tecnologia. Aí teve início a proposta das universidades formarem pesquisadores, e para isso investir e realizar pesquisas, porque formar quem vai pesquisar implica nessa ação.

Foi nessa época que o Conselho Federal de Educação bolou as modificações na estrutura que se implantou na segunda metade da década de 60. Eu sei que isso não se admitiu dessa forma, porque, simultaneamente, veio aqui pro Brasil uma comissão chamada MEC-Usaid, que andou analisando do ensino primário ao superior. No ensino superior, essa comissão não fez nada, porque era composta de gente habituada a lidar com informações, mas as informações no Brasil eram precaríssimas e na área de educação ainda mais. As informações vieram com o IPEA, que se formou depois disso, então, a reforma foi pensada por pesquisadores brasileiros que aproveitaram a experiência da Universidade de Brasília (UnB).

A reforma foi bolada pelo Conselho Federal de Educação, cujos membros eram Anísio Teixeira, Newton Sucupira, Valdir Chagas, todos educadores que tinham participado da experiência de Brasília e, depois, de outros estados. Mas como era tempo do regime militar se dizia que a reforma foi comandada por eles, mas o regime militar não teve nada com isso.

A UnB foi uma experiência inovadora?

Quando se formou Brasília, viu-se ali uma oportunidade de se formar uma grande universidade federal, com muitos recursos e assim ser inovadora. E foi assim que Anísio Teixeira e Darci Ribeiro bolaram o primeiro tempo da Universidade de Brasília que começavam nos setores básicos do ensino, começava com matemática, física, química, geociências, portanto, diferindo das outras que tinham resultado da aglomeração de faculdades, como a de medicina que já vinha desde 1808, de faculdades de direito, que vinha desde Dom João VI, de uma Escola Politécnica, que vinha da chamada Escola Central do Exército, de 1820, por aí.

Essas escolas depois viraram escolas de economia, de agronomia, essas escolas se juntaram e se transformaram em universidades, para formar profissionais que realmente eram necessários, mas que não estavam organizados nem preparados para fazer pesquisas.

Bom, então a reforma, do final da década de 60, foi destinada a dar ênfase à matemática, física, química, ao regime de dedicação exclusiva e, com isso, preparar as universidades para pesquisar e, sobretudo, para formar pesquisadores. Esse foi o meu período.

Como o senhor vê o Baracharelado Integrado, que começa a ser implantado pelo reitor Naomar Almeida, na UFBA?

Eu tenho sobre isso, uma historia muito vivida. Como parte desta reforma baseada na UnB, naquela reforma, da estruturação como nós chamamos, da década de 60, tentamos implantar o que se chamava o ciclo básico. Quer dizer, o estudante não entrava diretamente pra Faculdade de Medicina, nem de Engenharia.

O estudante entrava para uma área – e daí que vieram as áreas um, dois, três e quarto -, passava um ano cursando, dentro da universidade, já em convívio com a ciência e com os professores, num ambiente de nível superior, ficava melhor e mais amadurecido e mais qualificado para escolher dentro da área biomédica, por exemplo, se queria fazer medicina ou biologia. O pessoal da matemática, a mesma coisa, eles decidiam se iam para arquitetura, para engenharia. Nas ciências humanas a mesma coisa e por aí vai.

Naquela época, a sociedade não aceitou isso. E não eram os alunos que fizeram barulho não. As famílias não aceitaram, porque tinham a idéia de que o filho fez um sacrificio horroroso, ficou um tempo danado estudando porque queria fazer medicina, fez o vestibular pra medicina e não entrou pra medicina. Só entrariam os classificados depois daquele ano que se chamou de ciclo básico. Resultado, esse ciclo básico foi recusado e não foi só na Bahia, deixou de existir quase no Brasil todo.

E agora nosso amigo Naomar, a partir de visitas e reuniões com outras universidades, está propondo esse bacharelado interdisciplinar. Que é diferente, porque evoluiu para dois anos. Mas no final o estudante não aprendeu nada. Não tem nenhuma condição de exercício de nenhuma atividade. Bom, eu avisei muito a ele, olha, o ciclo básico teve uma reação muito forte, essa reação, na verdade, não apareceu no primeiro momento. As pessoas entravam, pensando que estavam entrando pra uma das faculdades profissionais, quando chegou ao fim de um ano e que de toda a população estudantil, das biomédicas, viu que só uma parcela entrava pra medicina, aí se revoltaram.

Eu contei isso tudo a Naomar, a resposta dele, talvez ele esteja certo, é que a sociedade, brasileira e baiana, está mais evoluída e vai entender isso. E aumentou o número de estudantes, o número de vagas e tudo. Quando chegar daqui a dois anos, que começar a haver essa nova seleção, aí eu não sei o que vai acontecer, faço votos para que dê tudo certo.

A sucessão de Lula representa um desafio para o PT. Qual a sua avaliação sobre o processo eleitoral de 2010?

Se Lula pudesse se candidatar novamente em 2010, provavelmente ele teria toda facilidade de se eleger uma vez mais. Mas nós temos um dispositivo constitucional que permite a reeleição apenas uma vez, e eu acho isso muito salutar. Seria indesejável que a Constituição fosse mudada, com o exemplo de Honduras, porque a rotatividade no poder é muito importante.

Nós tivemos exemplos do que aconteceu na Bahia, que mostrou que se tivéssemos uma rotatividade política maior, o estado teria hoje suas práticas políticas mais evoluídas. Apesar da grande maioria na eleição de Wagner, as práticas políticas na Bahia têm um ranço que não passa.

O que está havendo dentro do PT, é que poucas as lideranças podem assumir o papel que Lula desempenha, a verdade é essa. O PT é um partido com uma base imensa, que cresceu muito, mas com relação a alguém com possibilidades de assumir a liderança total, o número é escasso.

Eu tenho a impressão que, não agora porque é muito jovem, mas um pouco mais pra frente, quem se apresenta como provável líder é o nosso ministro da educação, Fernando Haddad, que vai crescer muito como político tempo.

A candidata Dilma, sem dúvida tem qualidades, de organizadora, de empreendedora, de liderança. Nunca militei com ela, não a conheço pessoalmente, mas não é uma pessoa fácil e para Lula conseguir elegê-la não está sendo fácil.

Não se transfere automaticamente a popularidade para ela, e a entrada de Marina Silva na disputa complicou mais ainda, porque é mulher e uma liderança forte, com um passado de peso.

Complicou mais ainda... é uma pessoa que agrada. Mas, no momento, quem tem uma melhor situação, no meu entendimento, é até um correligionário meu que é o Serra. É um homem competente, que conhece muito da economia aplicada as nossas condições, mas é um homem complicado, de acesso difícil. Tive algum convívio com ele quando era deputado, mas não sei bem quais são as ideias dele para nós aqui do Nordeste e da Bahia em particular.

Dentro do mesmo partido, o outro candidato é o Aécio Neves que é de uma aliança jovem, e teve um papel importante em Minas porque, enquanto o Serra encontrou um estado organizado, o Aécio encontrou um estado que teve antecessores que complicaram muito a vida dele. Dizem que foi graças ao secretário disso, o secretário daquilo, mas o importante é que Aécio liderou e o estado de Minas teve um desenvolvimento. Então, eu acredito que o Aécio tenha a sua vez, só tenho dúvidas se será agora.

Fora daí, você tem algumas lideranças como Marina Silva, Heloísa Helena, Ciro Gomes que eu acho que não seria bom pro País. Não tenho nada pessoal contra, me dou bem com ele, mas acho que não seria o melhor candidato para o País. Então, fica uma situação difícil de falar, ainda é uma incógnita. Nenhum do meu gosto.

Já que falamos em candidatas, qual a consequência da rápida ascensão das mulheres ocuparem praticamente 70%, 80% dos postos que antes eram masculinizados?

Bom, eu sou totalmente a favor da ascensão das mulheres nas lideranças, tanto empresariais quanto políticas. No meu período de governo eu tive secretárias mulheres com muito sucesso e bom desempenho. Só que ainda são poucas, precisavam ser muitas mais.

Na Bahia, nós temos hoje algumas mulheres que têm uma liderança muito atuante e muito simpática. Lídice, por exemplo, fez um bom trabalho, Alice Portugal, é uma deputada muito atuante. Quando muito jovem, Alice trabalhava num laboratório ao lado do meu e eu vejo hoje que desperdicei o talento dela.

Nós sabemos que na Europa, uma sociedade muito mais tradicional do que o Brasil, até há pouco tempo se dizia que a política mais popular em toda Europa era uma mulher, era a chanceler da Alemanha, Angela Merkel, e que agora confirmou seu favoritismo dentro da própria Alemanha.

O que o senhor acha do embate entre a ética e uma outra mentalidade de se levar vantagem em tudo, muito comum hoje?

Isso penetrou no Brasil de uma forma indesejável e tem sido realmente um dos grandes problemas brasileiros. Realmente essa história de levar vantagem empolgou não apenas pessoas influentes, mas muitas das nossas lideranças que, com isso, passam por cima até mesmo de princípios éticos que nunca deveriam ser postos em questão. Tem sido prejudicial ao País.